

A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA: Uma Profunda Desigualdade entre Brancos e Negros

Cristiane Romualdo Cazuza¹

Sonia de Alcantara Gouveia²

Resumo

Este artigo pretende mostrar as desigualdades no processo de escolarização da população negra, dentro de um contexto sócio-histórico estabelecendo aspectos a partir da abolição da escravidão aos dias atuais. Além disso, pretende mostrar considerações sobre práticas pedagógicas que contribuam para a valorização das diferenças, respeito a cultura e identidade étnico racial. Seu objetivo é refletir sobre a ligação entre o processo de abolição da escravidão com o processo da escolarização dessas pessoas no Brasil. Mostrando ao longo da história as experiências coadunadas nos processos educacionais que interferiram na inserção dessa população na sociedade e no sistema de ensino. Foi elaborado a partir de livros com autores que falam sobre a temática, como também foi utilizado artigos e outras publicações existentes na área. Conclui-se que a escravidão, a exclusão, a inserção tardia dos negros a escolarização, e entre outros fatores expostos neste artigo, contribuíram para a profunda desigualdade entre brancos e negros.

Palavras-chave: Escravidão. Desigualdade. População Negra. Escolarização. Diferenças.

THE SCHOOLING OF THE BLACK POPULATION: Profound Inequality between Whites and Blacks

Abstract

This article aims to show the inequalities in the schooling process of the black population, within a socio - historical context establishing aspects from the abolition of slavery to the present day. In addition, it intends to show considerations about pedagogical practices that contribute to the valorization of differences, respect for racial culture and ethnic identity. Its purpose is to reflect on the link between the process of abolishing slavery and the process of schooling of these people in Brazil. Throughout history, the experiences in the educational processes that interfere in the insertion of this population in society and in the education system have been presented. It was elaborated from books with authors that talk about the subject, as

¹ Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do UGB/FERP.

² Orientadora, Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia do UGB/FERP.

well as articles and other publications in the area. It is concluded that slavery, exclusion, late insertion of blacks in schooling, and among other factors discussed in this article, contributed to the profound inequality between whites and blacks.

Keywords: Slavery. Inequality. Black Population. Schooling. Differences.

Introdução

Temos consciência de que o Brasil foi o último país a abolir definitivamente a escravidão. O que revela ainda hoje uma profunda desigualdade no processo de integração do negro à sociedade, bem como no reconhecimento dos traços da sua cultura de origem. E não é diferente com a educação, o atraso para liberdade requerida pelo povo negro demorou, e a inserção deles ao sistema de ensino só veio a décadas depois.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a ligação entre o processo de abolição da escravidão com o processo da escolarização dessas pessoas no Brasil. Mostrando ao longo da história as experiências coadunadas nos processos educacionais que interferiram na inserção dessa população na sociedade e no sistema de ensino.

A escolarização da população negra constitui um conflito racial, e instrução pública. Mesmo com o fim da escravidão os negros enfrentaram grandes dificuldades no processo de integração à sociedade. E isso deve-se ao fato da ruptura desse processo, desde quando chegaram ao Brasil como escravos. E o processo de exclusão e segregação foi se desenhando e se transformou no que temos hoje. Negros e pardos representam 54% da população brasileira, sendo 31,7% dessa parcela pobre (IBGE, 2014). O racismo se concretizou na cultura e nos valores da sociedade brasileira e se propagou nas gerações como uma estrutura desigual de oportunidades sociais para a população negra.

Não podemos negar a profunda diferença na escolarização dos negros, tanto na prática pedagógica excludente como na infraestrutura do sistema público de ensino, baixa qualidade e poucos recursos. Entendemos que por si só, a educação não é suficiente para acabar com as desigualdades, mas é um instrumento de reflexão e enfrentamento aos processos, de discriminação racial, exclusão e injustiças sociais, presentes na história da escolarização desse povo.

Este artigo inicia-se fazendo uma breve abordagem da história do povo negro no Brasil, em seguida estão apresentados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que mostram a escolaridade, o desempenho dos estudantes, a permanência e a conclusão dessas pessoas nos espaços escolares. Como também as diferenças entre brancos e negros ao acesso a escolarização, e por fim, apresentamos a reflexão para uma prática pedagógica que tem como objetivo a educação para a valorização das diferenças e respeito a diversidade étnico racial.

A História do Povo Negro no Brasil

O povo negro chegou ao Brasil como escravos cativos trazidos pelos portugueses e europeus que tinham a intenção de formar colônias para a exploração de riquezas, lucros imediatos, acumulação de capital e disseminar a sua religião (o catolicismo). Segundo Regiane Augusto de Mattos, os cativos podiam ser obtidos em guerras entre os próprios estados africanos.

Os povos subjugados passavam a ser tributários e submetidos á servidão. As disputas políticas eram motivadas, por exemplo, pelo rapto de mulheres das linhagens mais importantes, resultavam igualmente na escravização de pessoas. Na tentativa de sobrevivência, a fome ocasionava a venda de si mesmo ou de parentes, e os castigos penais por crime ou por dívida eram outros meios de escravização na África. (MATTOS, 2010 p.65)

Em território africano os negros sofriam com as guerras e as disputas por terras e reinos. Muitas tribos vencidas ficavam sob domínio das outras. As tribos que perdiam as disputas territoriais tinham que prestar serviços as tribos dominantes. Muitas dessas tribos detinham poder, e assim que tomavam as terras, os povos que habitavam nelas eram destinados a servidão. Os europeus usufruíram dessa fragilidade, tornando essa situação um meio pelo qual eles teriam mão de obra em larga escala para os servir.

As tribos poderosas mantinham contato com outras nações e reinos, e viviam pela troca de pedras preciosas, metais e outros recursos que não eram produzidos em seu país. Com o contato mais direto com os europeus, os reinos dominantes da

África foram tornando-se cada vez mais reféns do povo europeu, na medida em que trocavam recursos e tinham que fornecer também.

Nesse momento Portugal viu uma maneira de tomar para si não só as riquezas, como também as pessoas para o trabalho escravo, afim de cada vez mais conquistar territórios. A partir daí começou a busca exacerbada por mão de obra escrava para a construção de novos reinos e colônias. Com isso no século XVI, o total de escravos nas rotas do Atlântico, alcançou um número aproximado de 800 mil a 1,3 milhão, e entre o século XVII e XVIII, chegou a 7 milhões de escravos africanos vendidos (MATTOS, 2010). E a maior parte desses escravos eram levados para América Latina.

Nos séculos XVIII e XIX as embarcações chamadas tumbeiros traziam escravos da África para o Brasil. Essas embarcações eram apertadas e possuíam condições sub-humanas. Eles viviam em contato com doenças e pestes. Muitos morriam antes de chegar ao Brasil. Os escravos mortos eram jogados ao mar, pois uma viagem de Moçambique até o Rio de Janeiro levava cerca de 2 meses.

Quando esses escravos eram desembarcados no Brasil passavam por avaliações físicas, para ver se eles estavam em condições plenas para o trabalho. Aqueles que não tinham chegado bem eram tratados para serem vendidos posteriormente. A maior parte dessas embarcações aportavam na Região Nordeste.

Assim que chegavam eram-lhes cortados o cabelo e a barba, tomavam banho e vestiam-se minimamente, tudo para melhorar aparência para a venda. Aqueles que estavam debilitados por conta de doenças eram isolados e recebiam cuidados médicos e alimentação adequada para que se restabelecessem e, mais tarde oferecidos ao mercado. (MATTOS, 2010, p.102)

Havia também o tráfico de escravos no interior do Brasil, os escravos eram comprados por tropeiros de São Paulo e Minas gerais. Esse comércio interno de escravos deve-se ao fato das crescentes fazendas de café, que necessitavam da mão de obra escrava para aumentar a produção em grandes escalas.

O negro foi utilizado nas grandes propriedades agrícolas para a produção de café, arroz, feijão, algodão, fumo, farinha de mandioca, azeite de amendoim, aguardente, na criação de gados e porcos, como também, no ensacamento de arroz, açúcar, café. A mão de obra escrava era também usada na produção de farinha de trigo e de milho. Nessas atividades eram usadas técnicas manuais pelos

escravos mais jovens, como os pilões manuais, que exigiam muita força física e resistência.

O escravo negro não foi somente utilizado nas áreas agrícolas, mas também nos centros urbanos e nas regiões periféricas das cidades. Tais atividades eram executadas por eles: serviços domésticos, manutenção das propriedades, transportes de água, transportes dos seus senhores em carruagem e do tipo cadeirinha. E cabia a eles também a limpeza das ruas. Uma descrição feita pelo viajante Charles Brand mostra a situação dos escravos no Brasil.

A primeira loja de carnes que entramos continha cerca de trezentas crianças de ambos os sexos: o mais velho poderia ter doze anos e o mais novo não mais de seis ou sete anos. Os coitadinhos estavam todos agachados em um imenso armazém, meninas de um lado e meninos de outro, para melhor inspeção dos compradores. Tudo o que vestiam era um avental xadrez azul e branco amarrado na cintura[...] O cheiro e o calor da sala eram muito opressivos e repugnantes. Tendo o meu termômetro ao bolso comigo observei que atingia 33° graus. Era então inverno (junho); como eles passavam a noite no verão, quando ficam fechados, não sei, pois nessa sala vivem e dormem, no chão como gados em todos os aspectos. (MATTOS, 2010, p.102-103)

Em situação deplorável viviam os escravos trazidos da África ao Brasil. Com a proibição do tráfico dos navios negreiros em 1830, os negros tiveram por parte a sua liberdade. Aqueles que eram pegos nas embarcações eram libertos e tinham a chance de voltar para seu país. Para os outros escravos que já estavam por muito tempo em território brasileiro, a carta de alforria, que foi instituída em 1870, permitia aos escravos submetidos a violência e maus tratos, o direito de comprar a carta e tornarem-se livre.

Por conseguinte, no ano de 1831, com as leis e tratados assinados por Portugal e Inglaterra, promulgaram que o africano trazido para o Brasil e apreendido em embarcações seriam libertos e reexportados para África. Contudo, isso não aconteceu com a maioria. Os que ficaram e não tinham para onde ir, eram contratados pelos senhores. E esses quando não tinham como pagá-los, acabavam alugando a sua mão de obra. Dessa forma eles continuavam sendo tratados como escravos e submetidos a castigos físicos e maus tratos.

A partir desse momento surge o que vamos chamar de africanos livres. Como é comumente dito e repetido pela sociedade, o discurso de que o negro aceitou a

servidão imposta pelos brancos europeus sem contestá-la é desumanamente incorreta. Pois os negros reagiram para livrar-se da violência e da opressão imposta pelo sistema escravista. Com revoltas e fugas em busca de liberdade.

Entretanto a Libertação de fato desses escravos é então requerida somente na próxima década. Começa um movimento para a libertação, desses escravos que ficou conhecido como movimento abolicionista, que recebeu apoio de vários setores da sociedade como jornalistas, estudantes, ferroviários, comerciários e caixeiros.

Nos últimos anos do século XIX, a resistência ao sistema escravista ganhou força com a formação de quilombos, que refere-se a um lugar onde os negros fugitivos viviam. Estes quilombos ficavam nas regiões periféricas e mais altas da cidade. Eram de difícil acesso, logo esses escravos estavam seguros, pois conseguiam andar com facilidade nesse local.

Essas revoltas e os movimentos dos escravos para liberdade influenciaram diretamente o Estado. E alguns políticos da época muitas vezes em seus discursos expressavam suas ideias e posicionamentos a favor da liberdade desses escravos. Com a grande movimentação para abolição da escravidão entre 1850 e 1888, começa um pensamento de como estas pessoas que antes escravas tidas como animais sem almas, fariam parte da sociedade, como se integrariam no contexto social da época.

Muitas leis e tratados foram criados, entre elas a lei do ventre livre, em 1871 que deu o direito às crianças nascidas de escravas: à liberdade. Essa lei permitiu um novo pensamento sobre a educação dessas crianças. Sem gozar da oportunidade de uma educação oferecida pelos representantes do povo naquela época, não somente o povo negro, mas a educação na época oferecida referia-se a população rica. Portanto, uma vez pobre ou negro as dificuldades eram acentuadas, e o direito a oportunidade de estudo, mínimas.

A movimentação abolicionista veio carregada de intenções, buscando a modernização do trabalho na sociedade. Para essa nova sociedade o negro escravo era considerado ultrapassado. Pois com o fim do tráfico dos navios negreiros, o preço para se ter essa mão de obra era muito caro. Sendo assim um novo modelo de mão de obra começou a ser incorporado, o trabalho assalariado. E este trabalho era feito pelos imigrantes trazidos para o Brasil.

O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo; assim sendo, (...) forma um adiantamento a longo prazo do sobre trabalho eventual a ser produzido. O assalariado, pelo contrário, fornece este sobre trabalho sem adiantamento ou risco algum. Nestas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão. (MARINGONI, 2011, p. s/i)

Enxergar essas duas facetas da abolição da escravidão é de extrema importância, pois vimos que esse pensamento de liberdade não privilegiava o bem-estar, a dignidade e direito do povo negro no Brasil. De acordo com Gilberto Maringoni (2011), no final do século XIX, a ação abolicionista mobilizou setores importantes da sociedade, e em 13 de maio 1888 os negros foram abandonados a própria sorte, sem ter qualquer amparo que os reintegrassem à sociedade. Este projeto de modernização da mão de obra no país, intensificou o racismo e a discriminação.

Por traz da abolição havia grandes interesses, que contribuíram para que de fato em 13 de maio de 1888 fosse colocado o fim do sistema escravista, pela princesa Isabel, que declarou liberdade ao povo negro escravo no Brasil. Desse modo o negro ganhou a sua liberdade, mas a cidadania demoraria anos para ser conquistada. Eles carregaram sobre si o peso da liberdade que não os libertou, ficando à margem da sociedade, sem educação e moradia, direitos básicos de qualquer ser humano.

A Educação no Brasil (1500-1889)

A Colonização Brasileira e a formação da sociedade em (1500), tiveram início no mesmo período em que ocorreu o Capitalismo Europeu. Caracterizado pela propriedade da burguesia, tendo como meio de produção a exploração do trabalho assalariado nas manufaturas.

No Brasil todo esse processo de formação da sociedade e da economia no país era sustentado pela dominação e escravização do povo negro, trazidos da África. Entretanto, o modelo de produção no país era primitivo, caracterizado especialmente pela produção agrícola. Não conheciam essas forças de trabalhos europeias, mas nasceu da exploração tanto dos proprietários locais como dos financiadores internacionais e distribuidores de mercadorias brasileiras. “A estrutura

social era formada basicamente por escravos, incluindo os trabalhadores, os senhores de engenho, os grandes latifundiários e os funcionários da Coroa” (PIANA, 2009, p. 4).

Nesse modelo de sociedade só desfrutavam das riquezas, prestígio e benefícios, os funcionários da Coroa Portuguesa: governadores gerais e vice reis, os outros segmentos da população colonial, funcionários administrativos, trabalhadores livres, rurais e urbanos, não tinham os mesmos benefícios que eles. Não passavam de uma camada insignificante no ponto de vista econômico e político da época, pois eram submissos aos senhores de escravos e de terras.

A cultura brasileira foi marcada pela dominação, autoritarismo e o elitismo. Os filhos primogênitos das famílias proprietárias herdavam a função de comandar os negócios da família. Com isso ficavam a eles o poder, e as demais pessoas da família o ofício intelectual. Nesse período o Brasil vivia muito dependente de Portugal, por ser uma colônia, o que levava a elite da época buscar seus estudos, saberes e cultura em Portugal. Desse modo a educação brasileira se tornou particular a algumas pessoas da camada elitista e destinado às famílias que podiam pagar pelo ensino.

Em 1549 a educação no Brasil ganha novo caráter com a chegada dos padres Jesuítas ao país, vindos de Portugal. Tinham como objetivo educar não somente o corpo, mas também a alma. É inegável percebemos também que por trás do ensino oferecido pelos Jesuítas, era destituído de qualquer interesse ou feitos pela boa fé. Pelo contrário, era preciso disseminar a fé católica no país, e subordinar a Colônia às ordens da Coroa Portuguesa.

O ensino ministrado pelos Jesuítas era baseado na pedagogia tradicional, na qual o professor é o centro, detentor do saber. O ensino jesuítico apresenta-se em três características: formação da elite, para fuga do trabalho manual e o verbalismo como conteúdo e método. Essas aulas ministradas pelos padres Jesuítas eram chamadas de aulas régias.

Cada aula-régia constituía uma unidade de ensino, com o professor único, instalada para a determinada disciplina. Era autônoma e isolada, pois não se articulava com outras nem pertencia a nenhuma escola. Não havia currículo, no sentido de um conjunto de estudos ordenados e hierarquizadas, nem a duração prefixada se condicionava ao desenvolvimento de qualquer matéria. O aluno se

matriculava em tantas aulas quantas fossem as disciplinas que desejasse. (CHAGAS, 1984, p.9)

Neste momento da história colonial só tiveram acesso a educação escolar, os filhos de nobres, que eram enviados para as escolas europeias. E as aulas ministradas pelos padres jesuítas que tinha como principal foco, os indígenas, e essas perdem força conseqüentemente quando a igreja perde a autoridade sobre a educação, e se direciona exclusivamente a monarquia Imperial em 1822.

A Constituição outorgada em 1824 estabeleceu que "a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos". Cabia às províncias as responsabilidades para a criação dessas escolas. No entanto, a lei previa no papel essa gratuidade e ampliação para todas as pessoas da época, porém a sua efetivação não ocorria de fato. Tendo em vista a restrição da educação para a parcela menos favorecida da sociedade.

A situação se agrava quando o direito a educação na época era privilégio da elite, ficando o restante da população à margem do ideal de educação. A população negra então, não podia nesse período ter ao acesso à educação, visto que nem o direito à cidadania era integral.

O período Imperial (1822- 1889), viveu entre um mundo real e o ideal. Em 1834 foi feito um ato adicional que descentralizou o poder da Coroa Portuguesa e fortaleceu as oligarquias locais. Com isso as colônias queriam cada vez mais a liberdade e independência de Portugal. Os ideais de liberdade queriam colocar fim na real estrutura escravocrata e patriarcal.

Somente em 1822, a partir da Independência, surgiram novos ideais e a Assembleia Constituinte discutiu a importância da educação popular, e em 1827, foi determinada em lei a criação de escolas primárias em todas as cidades e vilas mais populosas. Entretanto, essas leis não foram implementadas, passando em 1834, para as províncias a responsabilidade da educação primária.

A Escolarização do Negro: Aspectos Históricos (1871-1888)

Como pensar uma educação para um povo subjugado, pobre e negro? Desde então, podemos perceber que o atraso ao acesso à educação ia se desenhando pela história que, infelizmente, reflete nos dias de hoje. A educação, acesso e inserção do povo negro na sociedade reflete problemas na estrutura social, que impediram a construção de uma sociedade mais igualitária e de direitos.

A educação configura-se como a aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual moral de um ser humano. Entender a escolarização do povo negro e a estrutura em que se desenhou todo esse processo, é considerar que essas pessoas tiveram excluídas em grande parte da educação no Brasil. O mais importante é saber também, que o povo negro após abolição da escravidão conquistou a liberdade, mas não a sua cidadania. E isso os impediu de ter acesso as necessidades básicas de um indivíduo, moradia, trabalho e educação.

A escolarização da população negra no Brasil revela uma lacuna muito grande. Entretanto, o negro escravo mesmo sem o direito a instrução pública, ensinavam suas crianças através da oralidade, as técnicas de caça, seus costumes e religião, embora fossem impedidos de exercê-los. A criança negra no Brasil começou a trabalhar muito cedo e aos 4 anos já estavam com seus pais nos engenhos, na extração de cana.

Dos escravos desembarcados no mercado de Valongo, no Rio de Janeiro no início do século XIX, 4% eram crianças. Destas, apenas 1/3 sobrevivia até os 10 anos. A partir dos 4 anos, muitas delas já trabalhavam com os pais ou sozinhas, pois perder-se de seus genitores era coisa comum. Aos 12 anos, o valor de mercado das crianças já tinha dobrado. E por que? Pois considerava-se que seu adestramento já estava concluído e nas listas dos inventários já aparecem com sua designação estabelecida: Chico “roça”, João “pastor”, Ana “mucama”, transformados em pequenas e precoces máquinas de trabalho. (PRIORE, 2002, p. s/i)

A escolarização do povo negro era considerada desnecessária, uma vez que esse povo era enxergado pela sociedade branca, como uma ameaça ao sistema social, logo o que eles precisavam aprender: submissão e o trabalho braçal eram feitos na oralidade. Toda cultura do povo negro, costumes e religiões eram tolhidas

pela sociedade e o Estado. O medo era de se contaminar com ela e transferir de lá, a África, para o Brasil.

Segundo a Lei número 1, de 14 de janeiro de 1837, as escolas e os cursos noturnos vetavam o acesso de escravos, como se pode perceber na regulamentação: “São proibidos de frequentar as escolas públicas, primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos. (PASSOS, 2010, p.1, apud FONSECA, 2002, p. 12)

De acordo com esse decreto podemos perceber que os negros representavam à elite branca uma ameaça, sendo assim a instrução para a leitura e escrita ficaram vetadas a eles. No tocante é preciso salientar aqui que a ideia que se passava na época em escolarizar os negros juntamente com os brancos, era o mesmo que enfraquecer ou piorar a educação oferecida a elite branca pelo Estado.

A desigualdade em que o negro era submetido ia se perpetuando com outras formas de dominação, como o racismo e a discriminação. É impossível falar da escolarização dessa população sem relacioná-la com esses conceitos que perduram até hoje em nossa sociedade. Segundo Joana Célia dos Passos:

O racismo é estruturante das desigualdades a que está submetida a população negra, pois, incide sobre ela e determina as suas condições sociais por gerações. Como elemento de estratificação social, o racismo se materializou na cultura, no comportamento e nos valores dos indivíduos e das organizações sociais na sociedade brasileira, perpetuando uma estrutura desigual de oportunidades sociais para os negros. (PASSOS, 2010, p.2)

A discriminação e o racismo se fizeram presentes desde a colonização. Para os dominantes a educação não era necessária, pois o país precisava da mão de obra escrava para aumentar a produtividade e a economia. Portanto a consciência na época que se tinha era de ter cada vez mais escravos, fortes e submissos para o trabalho braçal, sendo assim não precisariam receber os mesmos ensinamentos que os brancos.

No século XIX, houve uma intenção de eliminar o trabalho escravo, vários movimentos apoiaram essas ideias, entre esses movimentos, o abolicionista, apoiados por alguns políticos e vários setores da sociedade como jornalistas, estudantes, ferroviários, comerciários e caixeiros.

Foi o que se chamou de eliminação gradual e prolongada da escravidão. Foi então criada a lei do ventre livre em 1871, que permitia às crianças nascidas de escravas a liberdade. Desse modo a escravidão seria extinta aos poucos da sociedade, uma vez que se chegaria a um ponto em que não houvesse mais escravos.

A partir dessa lei começou-se a pensar como essas crianças fariam parte da sociedade, e de quem seria a responsabilidade da escolarização delas. De acordo com a lei do ventre livre, crianças nascidas de escravas a partir do dia 28 de setembro de 1871, passaram a ser consideradas livres. E a educação visava no momento a necessidade de se colocar o fim do trabalho escravo e ela estava a cargo do Estado.

Liberdade e educação nem sempre andaram juntas, mas a intenção era incorporar um novo modelo de sociedade, não para a formação intelectual, mas para a conscientização desses seres humanos ao trabalho para sustentar a si e sua família. A educação estava também voltada para a função social que seria desempenhada na sociedade, por exemplo a menina escrava era educada desde cedo para o ofício de mucama.

Educar e libertar os negros para sua inserção na sociedade eram processos considerados paralelos e complementares, ou ainda, a educação era uma condição para a abolição do trabalho escravo e o principal instrumento para emancipação de homens e mulheres escravizados. (PASSOS, 2010, p. 5, apud FONSECA, 2002 p. 140)

A educação se baseava em três elementos: a educação para o trabalho, a educação moral e de caráter religioso, e a instrução. De acordo com Joana Célia dos Passos a instrução tinha como objetivo disciplinar a população negra ao trabalho, e trazia consigo vícios das senzalas. As crianças livres não podiam ser ensinadas com a formação intelectual, leitura e escrita. Elas não eram tratadas como crianças, mas sim como trabalhadores negros do futuro.

As práticas educativas não buscavam uma transformação no status dos negros na sociedade livre, mas sua manutenção na condição que foi tradicionalmente construída ao longo de mais de três séculos de contato entre negros e brancos: deveriam permanecer como a parcela de mão-de-obra do extrato mais baixo do processo produtivo e ter suas influências sociais controladas ou minimizadas para que a população brasileira não sofresse um súbito processo de

africanização junto à abolição do trabalho escravo. (PASSOS, 2010, p. 7 *apud* FONSECA, 2002 p. 142)

Percebemos então que escolarização da população negra esteve por muito tempo relacionada a abolição da escravidão, aspectos esses que interfeririam na condição como pessoa e cidadão de direitos à educação. O que torna a educação um privilégio não disponível a essas pessoas vindas da dominação imposta a elas.

A educação oferecida aos negros priorizou as técnicas e habilidades necessárias para o trabalho livre na modernização e no capitalismo emergente, atendendo às expectativas de desenvolvimento defendido pelas elites dirigentes, significando, marcadamente, o controle dessa oferta de educação por parte da elite. (PASSOS, 2010, p. 8)

Portanto a escolarização da população negra teve caráter de organizar e hierarquizar os saberes e posições sociais. Enxergamos a educação como um ponto de partida para um processo de integração do negro à sociedade. Isso é perceber que essas pessoas ficaram à margem de tudo, de uma vidadigna que foi usurpada pela discriminação e segregação desse povo.

A Escolarização e a Desigualdade entre Brasileiros Brancos e Brasileiros Negros: Dias Atuais

A exclusão dos negros do processo de escolarização vem sendo construída ao longo da história da educação. Falar sobre a desigualdade do Brasil é falar de sua própria essência. Grande parte da população brasileira é formada por negros, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) em 2014, 54% da população brasileira representava negros e pardos. Dessa parcela 31,7% são pobres. Isso representa a população mais vulnerável ao acesso à escolarização de qualidade.

A escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. Apesar da escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua ao longo do século, a diferença de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre

os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. Além de elevado o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações. (PASSOS, 2010 apud HENRIQUES, 2001, p. 26)

Esses dados vêm confirmar a grande desigualdade que há na escolarização entre brancos e negros. O brasileiro branco em maior parte consegue terminar e prosseguir com seus estudos, ou está sempre a frente quando comparados em relação a escolaridade do negro. E isso se deve ao fato de que o negro pobre e o branco pobre, embora em situação econômica idêntica, cumprem papéis totalmente diferentes dentro da sociedade.

Em se tratando de formação, o brasileiro branco consegue atingir níveis maiores através da educação, enquanto que o brasileiro negro muitas vezes encontra dificuldades em terminar os estudos e quem sabe alcançar níveis maiores de escolaridade. Mesmo com toda a luta pela libertação da servidão, a escravidão em que os negros viviam, em aspectos ideológicos, é a mesma ou até pior, na medida em que esses não possuem acesso a escolarização adequada, ocupam os piores lugares na sociedade, cada vez mais são discriminados e colocados a margem, acabando aprisionados a servidão. A servidão vivida pelos negros não foi deixada lá traz, pelo contrário, muitos ainda se encontram nela.

Mesmo com o fim da escravidão, não houve a inserção do negro na sociedade. Foi mantida toda a lógica de exclusão existente, sendo os negros responsáveis por posições subalternas, no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas, o que mais tarde se denominou como setor informal. (CARDOZO, 2015, p. s/i)

De acordo com pesquisas realizadas pelo IBGE, a taxa de analfabetismo é de 11,2% entre os pretos, e 5% entre os brancos: Até os 14 anos de idade, as taxas de frequência escolar não variam muito entre as populações. No entanto, a partir dos 15 anos as diferenças se destacam: enquanto, entre os brancos, 70,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão no ensino médio, entre os pretos e pardos este número cai para 50,5% e 55,3%.

No terceiro ano do ensino médio, a diferença é ainda maior, analisando os conteúdos ensinados e a aprendizagem. Segundo a pesquisa, 38% dos brancos; e 20,3% dos pretos têm o aprendizado adequado em Língua Portuguesa. Em

matemática, 15,1 % dos brancos; e somente 4,3% dos pretos têm o aprendizado adequado (IBGE).

Vimos então que o problema de escolarização está relacionado com os aspectos históricos, mas também com a infraestrutura escolar, bem como todo o sistema de ensino. Partindo do pressuposto de que certa parcela da sociedade pobre representa em sua maioria negros ou pardos, a oportunidade a qualidade de educação não é eficaz.

A desigualdade aqui salientada não se refere apenas a oferta do ensino para essas pessoas, mas também ao próprio sistema de ensino, em relação a grande parcela da população mais pobre. E é nessa parcela em que se encontram os negros, pardos. O que acontece é que somos iguais, mas não somos tratados da mesma forma. O branco ainda é visto como superior e pensado como superior, capaz de maior "civilização". O Brasil continua se vendo a partir dos olhos dos brancos europeus e estrangeiros.

Um Olhar acerca da Escola Atual

Ao longo da história a escola assumiu o papel de uma instituição base considerada uma das principais instituições chave das sociedades democráticas, aparecendo sempre como aquela que vai preparar o cidadão para o convívio social. Por outro lado, aparece como conservadora e excludente, por transmitir um currículo que evidencia as desigualdades, o "embranquecimento" e a disseminação da "cultura comum".

De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2008 em cinco Estados e no Distrito Federal, mostra que a distância entre a escolaridade de pais e filhos, é maior entre negros e pardos.

Um nível mais alto de educação entre pretos e pardos, que há algumas décadas não estava no imaginário social, começa a fazer parte da realidade. Emblematicamente, é muito importante. Mas em números absolutos e relativos ainda é muito pouco. (PETRUCCELLI, 2008, p. s/i)

Pouco foi o avanço dessas pessoas, de acordo com dados do IBGE, a pesquisa mostra que, entre todos os entrevistados, 49% se declararam brancos e 7,8% negros. E os que têm 12 anos ou mais de estudos, as proporções se alteram: 71% eram brancos e apenas 4,5% negros.

Se pensarmos que as diferenças existentes entre negros e brancos ultrapassam as barreiras econômicas, levamos então em consideração o que chamamos de efeito reverso. A pessoa negra em nossa sociedade, além de enfrentar alguns percalços durante a sua escolaridade encontra-se em uma situação de discriminação.

Ocupar um cargo de prestígio na sociedade, na situação do negro não somente depende de diploma e sim de questões raciais implícitas. É o que vem acontecendo na sociedade brasileira, caracterizada por ser rica em miscigenação. A cor tem influenciado muito na hora de contratar essas pessoas. Depois de mais de um século as desigualdades são gritantes, haja vista que muito poderia ter sido feito, para a diminuição delas na sociedade.

Brancos e negros, vivenciaram trajetórias muito diferenciadas, herdaram benefícios e prejuízos (concretos e simbólicos) de um mesmo processo histórico(...). A Dimensão racial é a que mais suscita resistências no ambiente corporativo, dificultando a mudança no cenário das desigualdades. (CARDOZO, 2015, p. s/i)

Depois de décadas da tentativa de inserção do negro ao sistema de ensino, e conseqüentemente reintegrar-se a sociedade percebemos que há muitas rupturas nesse processo. A discriminação e o racismo tornaram parte dessa realidade triste. Entretanto, ao longo desse tempo vários movimentos, como o movimento negro, contribuíram para reflexão dos processos de discriminação e racismo dentro da sociedade.

No âmbito educacional muitos movimentos surgiram com o objetivo de mostrar que o desempenho do estudante negro é inferior em relação ao estudante branco, e que essas desigualdades persistem em nosso contexto social. É importante entendermos que a educação para a valorização das diferenças permite a desconstrução e desocultação do olhar daqueles que fazem de sua prática pedagógica, uma prática excludente.

A trajetória do povo negro no processo de escolarização nos permite enxergar o desenvolvimento educacional dessas pessoas, e essa diferenciação entre alunos brancos e alunos negros que é nítida e traz consigo realidades duras para essa população. Tendo as maiores taxas de evasão e repetência entre os eles.

O rendimento e a permanência escolar da criança negra acaba sendo condicionado por processos intraescolares, pois mesmo quando o nível socioeconômico das famílias são equivalentes, ainda assim os negros, muitas vezes, apresentam uma trajetória escolar diferenciada no sentido de frustrante e excludente. (ABRAMOWICZ, e OLIVEIRA, 2006, p. 45)

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 31,1% dos brancos entre 15 e 24 anos terminaram o ensino superior, enquanto apenas 12,8% dos pretos e 13,4% dos pardos tem o mesmo nível de instrução.

A diferença é muito grande comparada ao nível de ensino superior do branco. Vimos então que a desigualdade educacional é outra parte da herança da discriminação educacional infligida às gerações aos pais dos estudantes negros, herança essa carregada pelos antepassados negros escravos, que não tinham oportunidades e nem o privilégio de acesso a escolarização na época.

Respeito à Identidade Étnico Racial: Uma Educação para a Valorização das Diferenças

A discriminação, a indiferença, o preconceito, a injustiça social, estão mais presentes no contexto escolar do que podemos imaginar. Um ambiente educativo nos revela a dificuldade de professores e educadores ao adaptar-se a prática da valorização da diversidade presente em nosso meio. É quase comum nas escolas a padronização dos alunos e o enaltecimento de uma cultura só.

Não há como separar sociedade e escola como se uma não fizesse parte da outra, ou ainda, dizer que o racismo se manifesta na sociedade, mas não na escola, postulando que a escola seria uma ilha, cercada de racismo por todos os lados. (JOVINO, 2006, p. 79)

A escola recebe alunos de todos os grupos sociais: valores, crenças, culturas e costumes diferentes. Desse modo ambiente escolar torna-se um espaço privilegiado para ensinar desde cedo as pessoas o respeito as diferenças. Devemos enxergar e agir de forma que a identidade desses alunos não seja apagada ou tratada de forma inferior as demais.

Educar para a valorização das diferenças mostra um meio pelo qual podemos começar a desconstruir a ideia de que o povo negro não lutou por oportunidades ou pelo fim da escravidão. Quando falamos em educar através da diferença é oportunizar um ensino que respeite a identidade étnico racial desse povo. Portanto não podemos ignorar os processos de exclusão e discriminação da população negra no sistema de ensino e na sociedade.

É preciso por meio da prática construir uma consciência de que ser diferente não representa uma ameaça ou inferioridade, como foi disseminada lá traz pelo branco europeu. A diferença nesse contexto refere-se ao respeito a identidade desse povo. Como nos diz Nilma Lima Gomes:

As narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e os outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação. (GOMES, 2006, p. 32 *apud* SILVA, 1995, p. 195)

Esta ideia nos mostra a importância da prática pedagógica para valorização das diferenças e o currículo como peça fundamental no processo de construção de identidades, que respeita a diversidade cultural presente no contexto escolar. É preciso também para efetivação dessa prática segundo Nilma Gomes (2006), agirmos e sairmos do imobilismo para que realmente essas práticas expressem a riqueza das identidades e da diversidade cultural presentes na escola e na sociedade.

Deixando em segundo plano a desigualdade socioeconômica, por ser o aspecto mais evidenciado, tomamos a prática educativa como um dos principais motivos da desigualdade do ensino entre brasileiros brancos e brasileiros negros e como uns dos principais meios de enfrentamento e rompimento com exclusão e a discriminação no processo educacional. De acordo com Marília Pinto Carvalho

(2002), a falta de critérios claros de avaliação da aprendizagem potencializa a reprodução das desigualdades sociais no âmbito escolar.

Como potencializadora do processo de desigualdade, a prática pedagógica limita-se a repassar a cultura que é comum, desconsiderando a diversidade e a individualidade de cada aluno. Uma prática assim tende a cada vez mais perpetuar as diferenças sociais nesses grupos, por gerações dentro sociedade.

Muitos professores desconhecem a história e a cultura do povo negro e acabam salientando certas posturas indiferentes diante de situações de discriminação no contexto escolar. Não há um engajamento por parte dos educadores em entender esse processo de discriminação, não há debates, nem discussões sobre questões raciais em sala de aula. É como se tudo estivesse bem e que não existissem diferenças, e pelo contrário, a escola é plural.

Como enfrentamento e rompimento da exclusão e discriminação, a prática pedagógica para respeito à diferença na sala de aula, no dia-a-dia na escola, permite que os alunos vão construindo suas experiências e experimentando novos saberes, desenvolvendo a sua identidade. De acordo com Jovino da Silva Jovino, 2006:

Respeitar a diversidade cultural não se restringe ao elogio às diferenças. Significa uma reflexão mais densa sobre as particularidades dos grupos sociais. Representa a adoção de políticas públicas que contemplem o diverso. Tal conduta, certamente, resultará em mudanças nas relações de poder, na redefinição de escolhas e no estabelecimento de uma verdadeira democracia. (JOVINO, 2006, p. 78, apud GOMES, 2002, p.117-118)

A escola tem papel fundamental na formação da identidade dessas pessoas, pois é um espaço privilegiado tanto pelo tempo em que o aluno passa dentro dela como pela diversidade de valores, costumes, culturas e crenças. A negação da diferença no contexto escolar não permite a superação do preconceito e da discriminação, só reforça e mascara a realidade que vivemos. Nossas atitudes, palavras, o que reproduzimos mostra como reagimos frente a situações de discriminação. Portanto ao afirmarmos que todos são iguais anulamos a existência das diferenças nesse contexto e reafirmamos a homogeneização e padronização dos alunos, perpetuando as desigualdades sociais.

Considerações Finais

Concluimos que a luta da população negra pela sua inclusão no processo de escolarização evidencia que mesmo a margem da cidadania os negros acompanharam os processos de educação, mesmo estando por muito tempo fora do sistema ensino. Como se vê, a pobreza e a falta de escolarização da pessoa brasileira, negra e pobre, ao longo da história contribuíram para as desigualdades existentes.

Ignorar os fatores determinantes para esses processos de exclusão e discriminação da população negra no sistema de ensino e na sociedade é fechar os olhos para uma realidade presente em nosso país. Cabe a nós a reflexão para o enfrentamento desses processos na sociedade, fazendo da prática que exclui, discrimina e classifica segundo a cor da pele, extinta.

Não podemos negar o que já foi construído pela população negra no Brasil como as conquistas sociais, o movimento negro, e o reconhecimento da participação dos negros na construção da história do Brasil, econômica e cultural do país. Mas se ainda temos esses números de baixa escolaridade entre os negros, são necessárias ações que efetivem a prática da igualdade na sociedade.

Não vai adiantar inseri-los ao sistema de ensino, se a qualidade da educação que vai determinar, e para alcançar esta qualidade e termos cada vez mais negros e os menos favorecidos chegando a níveis maiores de escolaridade, será preciso dar muito mais para essa população que vem sendo historicamente excluída.

Contudo ainda é preciso muito mais do que pesquisas a respeito da temática, mas um estudo sistemático sobre esses processos de exclusão e desigualdades na sociedade, para que se entenda melhor e aprofunde mais o tema, pois o conhecimento está sempre se construindo.

Sendo assim o estudo sobre as desigualdades na escolarização do negro é de extrema importância, para que entendamos esses processos, pois nós só vamos conseguir romper com o ciclo de exclusão e pobreza em que estão presas há gerações a população negra, com envolvimento maior de todos os setores da sociedade, e principalmente o sistema de ensino, para que se efetive a criação de políticas públicas, que garantam não somente o acesso ou oportunidades, mas também a permanência dessas pessoas nas escolas.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete, BARBOZA, Lucia Maria de Assunção. SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). **Educação Como Prática da Diferença**. Campinas, SP: editora Armazém do Ipê (autores associados), 2006.

CARDOZO, André. **Negro no mercado de trabalho**: as desigualdades persistem e são profundas, 2015. É economista do DIEESE, na Subseção da Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT; organizador do livro “As faces da indústria metalúrgica no Brasil: uma contribuição à luta sindical”

CARVALHO, Marília Pinto. **Avaliação Escolar Gênero e Raça**, 2002.

CHAGAS, Vanir. **O Ensino de 1º e 2º graus: Antes, agora e depois?** 4 ed. São Paulo, 1984.

FONSECA, Marcos Vinicius da. SANTANA, Patrícia Maria Souza de. VERAS, Vianna Cristina. JUNQUEIRA, Botelho Eliane. SILVA, Julio Costa da. GOLÇALVES, Beatriz Petronilha PINTO, Pahim Regina. **Negro e Educação: Presença do Negro no Sistema Educacional Brasileiro**. São Paulo, Ação Educativa, Fundação Ford, 2001.

MATTOS, Regiane Augusto. **História e Cultura Afro-brasileira**, 2010

PETRUCCELLI, José Luis. SABOIA, Ana Lúcia. **Estudos e Análises, Informação Demográfica e Socioeconômicas número 2**: Características Étnico-Raciais da População Classificação e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PIANA, Maria Cristina. **As Políticas Educacionais**: dos princípios de organização à proposta da democratização. São Paulo, editora UNESP, 2009.

LEAL, Luciana Nunes. **Desigualdade racial na educação do país**: persiste mas começa a diminuir. São Paulo: Jornal O Estadão de São Paulo, Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral>> Acesso em: 19 nov. 2016

PESQUISA DO IBGE. Disponível em <<https://noticias.terra.com.br/brasil/politica/>>. Acesso em: 19 nov. 2016 às 12:14.

AQUINO, Manuela. **Quantos brasileiros são considerados pobres**. 2011. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/geografia/>>. Acesso em 20. nov. 2016

BRASIL DEBATE. Negro no mercado de trabalho: as desigualdades persistem e são profundas. [s/d] Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/>>. Acesso em: 27 nov. 2016

BENTO, Cíntia. **Presença negra nas empresas ainda é desafio**. É psicóloga social, coordenadora executiva do Centro de Estudos das relações do Trabalho e

Desigualdades (CEERT). Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/>. Acesso em: 27 nov. 2016

PRIORI, Mary Del. **História da criança negra no Brasil**. Publicado pelo Instituto da mulher negra, 2014. Disponível em: <http://www.brasil247.com/>. Acesso em: 09.abr. 2017

WELLE, Deutse. **A educação reforça a desigualdade entre negros e brancos**. <https://www.cartacapital.com.br/>. Acesso em: 09 abr. 2017.

IBGE PESQUISAS. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso: em 12. abr. 2017.

MARINGONI, Gilberto ed.70. São Paulo, 2011.**O destino dos Negros Após a Abolição**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 14 abr. 2017.